

INSTITUTO BANESE DE SEGURIDADE SOCIAL – SERGUS

*Relatório Circunstanciado sobre os controles internos,
referentes ao exame das Demonstrações Contábeis e Controles
Internos para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2020.*

Recife, 30 de abril de 2021.

Aos Diretores e Conselheiros do
Instituto BANESE de Seguridade Social – SERGUS
Aracaju

Prezados Senhores:

A auditoria de demonstrações contábeis é planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Na avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade.

Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis do exercício a findar-se em **31 de dezembro de 2020**, examinamos os procedimentos contábeis adotados pela Entidade e seu sistema de controles internos. Nossos exames, efetuados com base em testes por amostragem foram realizados com o objetivo de fornecer subsídios para a determinação da natureza, extensão e época de aplicação dos procedimentos de auditoria e, portanto, não constituíram um exame específico dos controles internos.

Os nossos comentários a seguir apresentados decorrem da execução de nossos trabalhos de 2020.

A administração da Entidade é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Dessa forma, é oportuno salientar que as recomendações aqui apresentadas não abrangem todas as possíveis melhorias que uma revisão especial e de maior amplitude poderia indicar, mas somente aquelas áreas mais importantes que oferecem perspectivas imediatas de melhoria e que vieram ao nosso conhecimento no decurso dos nossos trabalhos normais de auditoria. Esses assuntos foram considerados durante os nossos exames e não modificam a opinião expressa em nosso Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis.

Para um melhor entendimento, este relatório está dividido em quatro partes, conforme descrito a seguir:

PARTE I – PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ADOTADOS
PARTE II – REVISÃO ATUARIAL
PARTE III – OUTROS ASSUNTOS
PARTE IV – SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES DE CONTROLES INTERNOS
PARTE V – CONCLUSÃO

Aproveitamos a oportunidade para deixar consignado nosso agradecimento pela cooperação e cortesia que nos foram dispensadas no decurso de nossos trabalhos por todos os titulares e funcionários com os quais mantivemos contatos.

Colocamo-nos ao inteiro dispor de V.S.as. para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam julgados necessários sobre as recomendações apresentadas.

Atenciosamente,

PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/O-0 - "S" - SE

Paulo de Tarso M. Malta Jr

Contador - CRC-PE - 0018346/O - "S" - SE

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 - Sala 1204 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br

PARTE I - PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ADOTADOS

Os nossos exames de auditoria normalmente se desenvolvem em duas etapas fundamentais. Uma primeira etapa, procedendo à revisão do sistema de controles internos e aos testes das transações nos diversos ciclos operacionais dentre outros. Na segunda etapa, efetuada após o encerramento das contas do exercício, examinamos os valores finais apresentados nas demonstrações contábeis, quanto ao conteúdo, avaliação e classificação, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores do segmento fechado de previdência complementar.

Dessa forma, é oportuno salientar que as eventuais recomendações aqui apresentadas não abrangem todas as possíveis melhorias que uma revisão especial e de maior amplitude poderia indicar.

1) Trabalhos Preliminares

É impraticável descrevermos brevemente todos os procedimentos de auditoria que executamos. Entretanto, nesta primeira etapa, a aplicação dos nossos trabalhos pode ser resumida como segue:

1.1 - Teste da Folha de Pagamento (Pessoal Próprio)

Foram adotados os seguintes procedimentos:

- Revisamos as rotinas de procedimentos.
- Examinamos, em base de amostragem, a documentação suporte para a geração das informações para elaboração da Folha de Pagamento, testando cálculos de salários, adicionais e seus encargos.
- Verificamos os critérios de contabilização – apropriação dos gastos.
- Analisamos a base de cálculo do INSS e FGTS – Base outubro/2020 e liquidação subsequente.
- Analisamos os critérios e procedimentos de contabilização.
- Não fizemos excepcionalmente nesse trabalho: teste funcional, análise detalhada de dossiês dos funcionários e teste nos cálculos dos proventos e descontos na folha de pagamento.

MÊS	VALOR LÍQUIDO DA FOLHA
Janeiro/2020	48.172,47
Fevereiro/2020	53.952,28
Março/2020	50.983,79
Abril/2020	49.812,68
Maió/2020	44.998,36
Junho/2020	42.830,00
Julho/2020	49.269,86
Agosto/2020	50.275,27
Setembro/2020	51.115,90
Outubro/2020	49.906,15
Novembro/2020	51.441,72
Dezembro/2020	52.960,10
TOTAL	595.718,58

Resultados de nossos testes:

Confronto contábil x extracontábil das provisões de férias e 13º salário.

Não realizamos o teste do comparativo contábil x extracontábil das provisões de férias e 13º salário, uma vez que a entidade não faz este acompanhamento mensal do acumulado, onde a contabilização é feita dentro do próprio mês, ficando quando necessário os devidos ajustes referentes ao valor acumulado do ano no momento do encerramento do exercício.



1.2 - Teste da Folha de Suplementação de Aposentadorias

Realizamos procedimentos de auditoria específicos dos dados dos participantes e das obrigações dos Planos de Benefícios.

- Revisamos as rotinas desde a origem das informações para a elaboração da Folha de Pagamento das Suplementações, verificando atribuições funcionais, níveis de responsabilidade e de acesso ao sistema de controle informatizado.
- Revisamos os procedimentos de elaboração das folhas, ampliação dos auxílios e inclusão das informações no sistema informatizado.
- Avaliamos as principais variações ocorridas de janeiro a dezembro/2020, nos 2 planos.
- Contabilização dos 2 planos, no mês de outubro/2020.
- Observação de inclusão de novos participantes, apenas no Plano CD, de janeiro a dezembro/2020.
- Não fizemos excepcionalmente nesse trabalho: teste funcional, análise detalhada de dossiês, conferência de cálculos dos proventos e descontos da folha de suplementação,

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.3 - Análise sobre avaliação atuarial

Realizamos procedimentos de auditoria específicos dos dados dos participantes e das obrigações dos Planos de Benefícios.

Nossas verificações nos dados dos participantes abrangeram o seguinte:

- a) leitura dos Regulamentos dos Planos de Benefícios, atentando para todas as características dos Planos e demais informações para determinar quais dados dos participantes deverão ser testados em nossos trabalhos;
- b) dados dos participantes tais como sexo, estado civil, data de nascimento, dependentes, período de trabalho para o empregador, tempo de contribuição à Previdência Social, quando aplicável, data prevista para início do recebimento do benefício pelo plano e outros dados históricos;
- c) dados sobre as contribuições dos participantes e dos patrocinadores;
- d) dados da folha de pagamento, tais como salário, gratificações e remunerações, utilizados no cálculo dos benefícios do plano;
- e) dados dos benefícios para os participantes em gozo de benefício/assistidos do plano, tais como o tipo de benefício e a opção de benefício escolhida;
- f) dados dos participantes desligados do plano durante o exercício;
- g) dados das pessoas que se tornaram elegíveis a participar do (s) plano (s) durante o exercício e que optaram por participar, quando aplicável;
- h) testes dos dados com uma amostra de participantes, selecionados dos arquivos utilizados pelo atuário responsável pela avaliação do Plano, como o registro de empregado, folha de pagamento e demais documentos do patrocinador.

Nossos exames foram procedidos de acordo com o que preceitua a NPA 13 – Procedimentos Mínimos de Auditoria para uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, a natureza das provisões matemáticas de benefícios do plano, os dados dos participantes e das obrigações dos Planos de Benefício do **SERGUS**, nossa análise preliminar compreendeu:



- a) análise do valor atuarial presente dos benefícios dos planos, classificados como:
- Benefícios a conceder em suas modalidades.
 - Benefícios Concedidos em suas modalidades.
- b) revisão das principais premissas utilizadas para determinar o valor presente atuarial dos benefícios dos planos, bem como a metodologia e regime financeiro utilizados para cálculo de cada um dos benefícios dos planos.
- c) análise sucinta do grupo de participantes ativos e assistidos cobertos pelos planos.
- d) checagem das seguintes informações:
- condições dos benefícios dos planos utilizadas nos cálculos atuariais.
 - se houve incidência de quaisquer benefícios eventualmente não incluídos na avaliação dos benefícios dos planos.
 - data efetiva da última alteração no plano incluída nesta avaliação.
 - quantificação dos eventuais passivos ou déficits a amortizar, bem como os prazos e condições da amortização.
- e) Análise dos efeitos (individual ou globalmente), dos fatores na alteração do valor presente atuarial dos benefícios dos planos, da data das informações anteriores para a data das informações dos benefícios correntes. Como os efeitos não foram significativos não houve necessidade de procedimentos adicionais.
- f) Análise, no ano período corrente (até 31.12.2020), dos efeitos, quando aplicável, no valor presente dos benefícios dos planos, tais como:
- Aumento em benefícios.
 - Aumento devido a passagem do tempo.
 - Benefícios pagos.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.4 - Teste no Plano de Gestão Administrativa – PGA

- Analisamos o Regulamento do PGA e todos os aspectos legais de controles, investimentos e orçamentário.
- Analisamos os critérios de rateio, confrontando com os nossos testes, conforme regulamento.
- Análise e validação dos rateios entre os Planos e entre as gestões.
- Validação da segregação entre despesas comuns e específicas entre os planos.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.5 - Gestão dos Investimentos

A Fundação atua nos seguintes segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos, investimentos imobiliários e empréstimos a participantes.

Nesse segmento, nossa abordagem pode ser assim resumida:

- Obtivemos, para leitura e entendimento, a Política de Investimentos dos recursos (2020).
- Observamos os critérios de segregação dos investimentos de acordo com os critérios estabelecidos pela Entidade.
- Confrontamos os saldos contábeis com os respectivos extratos mensais, por plano e consolidado, bem como estes saldos contábeis com os extras contábeis.

- Efetuamos testes nas movimentações de aplicações e resgates ocorridas até dezembro/2020.
- Avaliamos os procedimentos técnicos, operacionais e de controles dos investimentos.
- Avaliamos o total de recursos garantidores das reservas técnicas em dezembro/2020.
- Confrontamos as informações dos relatórios gerenciais mensais com nossos testes de procedimentos da área.

Efetuamos os seguintes procedimentos:

- Comparativo contábil x extracontábil (extrato do custodiante), no mês de dezembro/2020, conforme quadro na sequência.
- Análise dos extratos do custodiante, por planos e consolidado, de janeiro a dezembro/2020.
- Comparativo por plano nos investimentos com os limites estipulados na política de investimentos e Resolução CMN 4661, conforme abaixo mencionado.
- Leitura dos Relatórios de Compliance da Aditus (consultoria terceirizada dos investimentos).

1.5.1 – Comparativo contábil x extracontábil (extrato do custodiante em dezembro/2020).

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>Contabilidade</u>	<u>Extratos</u>	<u>Diferenças</u>
Títulos Públicos			
Títulos Públicos Federais			
Notas do Tesouro Nacional	360.267.754,94	360.267.754,98	(0,04)
	<u>360.267.754,94</u>	<u>360.267.754,98</u>	<u>(0,04)</u>
Créditos Privados e Depósitos			
Instituições Financeiras			
Letras Financeiras	6.338.273,69	6.338.273,66	0,03
	<u>6.338.273,69</u>	<u>6.338.273,66</u>	<u>0,03</u>
Patrocinadores			
Letras Financeiras	92.984.383,95	92.984.383,95	-
	<u>92.984.383,95</u>	<u>92.984.383,95</u>	<u>-</u>
Ações			
Patrocinadores			
Ordinárias/Preferenciais	16.638.667,32	16.638.667,32	-
	<u>16.638.667,32</u>	<u>16.638.667,32</u>	<u>-</u>
Fundos de Investimentos			
Renda Fixa			
Não Exclusivos	46.260.240,83	46.260.240,83	-
	<u>46.260.240,83</u>	<u>46.260.240,83</u>	<u>-</u>
Ações			
Não Exclusivos	107.237.468,71	107.237.468,71	-
	<u>107.237.468,71</u>	<u>107.237.468,71</u>	<u>-</u>
Multimercado			
Não Estruturado	236.703.859,17	236.703.861,01	(1,84)
	<u>236.703.859,17</u>	<u>236.703.861,01</u>	<u>(1,84)</u>
Total	<u>866.430.648,61</u>	<u>866.430.650,46</u>	<u>(1,85)</u>



Composição:

Descrição	R\$
Total do patrimônio – extrato do custodiante	866.404.592,26
Saldo conforme sistema contábil	866.430.648,61
Despesas provisionadas de dezembro para pagamento em janeiro	(26.058,20)
Diferença não analisada	(1,85)

1.5.2 – Enquadramentos dos investimentos

Efetuamos leitura dos relatórios gerenciais mensais, analisamos e confrontamos os saldos com as políticas de investimentos em vigor e a Resolução CMN nº 4.661, conforme abaixo demonstrado:

Mês	PLANO BD	PLANO CD	PGA
Janeiro	DESENQUADRADO	OK	OK
Fevereiro	DESENQUADRADO	OK	OK
Março	DESENQUADRADO	OK	OK
Abril	DESENQUADRADO	OK	OK
Maiο	DESENQUADRADO	OK	OK
Junho	DESENQUADRADO	OK	OK
Julho	OK	OK	OK
Agosto	OK	OK	OK
Setembro	OK	OK	OK
Outubro	OK	OK	OK
Novembro	OK	OK	OK
Dezembro	DESENQUADRADO	OK	OK

Posição da entidade sobre os desenquadramentos apontados no quadro acima:

No fechamento de janeiro, o plano BD possuía 28,17% do patrimônio líquido do Banco Estado Sergipe Sa Banese, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Capítulo VI, Seção II, Art 28. Inciso II, Alínea a: "A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de: Instituições financeiras bancárias, não bancárias e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil".

No fechamento de fevereiro, o plano BD possuía 28,13% do patrimônio líquido do Banco Estado Sergipe Sa Banese, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Capítulo VI, Seção II, Art 28. Inciso II, Alínea a: "A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de: Instituições financeiras bancárias, não bancárias e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil".

No fechamento de março, o plano BD possuía 27,43% do patrimônio líquido do Banco Estado Sergipe Sa Banese, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Capítulo VI, Seção II, Art 28. Inciso II, Alínea a: "A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de: Instituições financeiras bancárias, não bancárias e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil".

No fechamento de abril, o plano BD possuía 27,53% do patrimônio líquido do Banco Estado Sergipe Sa Banese, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Capítulo VI, Seção II, Art 28. Inciso II, Alínea a: "A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de: Instituições financeiras bancárias, não bancárias e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil".



No fechamento de maio, o plano BD possuía 27,47% do patrimônio líquido do Banco Estado Sergipe Sa Banese, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Capítulo VI, Seção II, Art 28. Inciso II, Alínea a: "A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de: Instituições financeiras bancárias, não bancárias e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil".

No fechamento de junho, o plano BD possuía 27,83% do patrimônio líquido do Banco Estado Sergipe Sa Banese, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Capítulo VI, Seção II, Art 28. Inciso II, Alínea a: "A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de: Instituições financeiras bancárias, não bancárias e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil".

No fechamento de dezembro, o plano BD apresentou-se em desconformidade em relação à política de investimentos vigente, já que passou a alocar, por meio do fundo exclusivo FI MULT INTEGRAL POXIM CRED PRIV, no FIDC CREDZ SUB MEZ IV, classificado como grau especulativo.

Posição da PPF: Observamos a regularização dos desenquadramentos a partir do mês de julho/2020, com exceção do mês de dezembro/2020 que deve ocorrer no exercício de 2021, não merecendo nota ou comentário no nosso relatório.

1.5.3 – Investimentos imobiliários

Nesse segmento, nossa abordagem pode ser assim resumida:

- A entidade efetua a reavaliação anualmente.
- Flutuação – janeiro a dezembro/2020, sem variações.
- Comparativo contábil x extracontábil, em dezembro/2020.
- Saldo de direitos em alienações – conforme planilha de acompanhamento.

Descrição	Saldo Contábil	Extra Contábil	Diferenças
	31/12/2020	31/12/2020	
Aluguéis e Rendas			
Uso Próprio			
Terrenos	347.823,57	347.823,57	-
Construções	648.096,11	648.096,11	-
Contas a receber (*)	17,66	-	17,66
	995.937,34	995.919,68	17,66
Locadas			
Patrocinador(es)			
Terrenos	6.688.231,14	6.688.231,14	-
Construções	13.475.745,20	13.475.745,20	-
Contas a receber (*)	357,56	-	357,56
	20.164.333,90	20.163.976,34	357,56
Locados a Terceiros			
Terrenos	1.093.262,19	1.093.262,19	-
Construções	1.677.766,18	1.677.766,18	-
Contas a receber (*)	49,13	-	49,13
	2.771.077,50	2.771.028,37	49,13
	23.931.348,74	23.930.924,39	424,35

(*) Valores a receber do serviço de reavaliação dos imóveis.

A entidade não possui relatório extracontábil de acompanhamento patrimonial. A posição é feita diretamente por meio dos laudos de reavaliações dos respectivos imóveis.

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.6 – Empréstimos a participantes

Nesse segmento, nossa abordagem pode ser assim resumida:

- Análise das concessões ocorridas nos 2 planos, a partir de junho/2020 (quando a carteira de empréstimos foi reaberta na fundação), sem variações consideradas relevantes por nós.
 - Total de concessão no período no Plano BD: R\$ 2.099.355,86 (26 concessões no período – valor líquido).
 - Total de concessão no período no Plano CD: R\$ 51.980,55 (3 concessões no período – valor líquido).
- Comparativo contábil x extracontábil do saldo devedor, de janeiro a dezembro/2020, conforme quadros abaixo:

Plano BD

Mês	CONTÁBIL	EXTRACONTÁBIL	DIFERENÇA
Janeiro	9.512.355,69	9.512.355,57	0,12
Fevereiro	9.269.920,04	9.269.919,80	0,24
Março	8.949.150,07	8.949.149,72	0,35
Abril	8.640.166,49	8.640.155,14	11,35
Maiο	8.331.819,55	8.331.819,20	0,35
Junho	8.096.580,79	8.096.580,44	0,35
Julho	9.416.411,08	9.416.410,73	0,35
Agosto	9.423.823,61	9.423.823,25	0,36
Setembro	9.468.492,05	9.468.491,69	0,36
Outubro	9.304.785,99	9.304.862,36	(76,37)
Novembro	9.038.230,31	9.024.991,90	13.238,41
Dezembro	8.629.151,73	8.629.151,37	0,36

Valores extracontábeis extraído da aba “efetivo sintético” da planilha “saldo empréstimo”, mensalmente.

Plano CD

Mês	CONTÁBIL	EXTRACONTÁBIL	DIFERENÇA
Julho	42.001,08	42.001,08	-
Agosto	52.429,30	52.429,30	-
Setembro	51.798,10	51.798,10	-
Outubro	51.040,99	50.964,26	76,73
Novembro	50.253,46	50.253,46	-
Dezembro	49.486,07	49.486,07	-

Valores extracontábeis extraído da aba “efetivo sintético” da planilha “saldo empréstimo”, mensalmente.



1.6.1 – Os controles extracontábeis refletem o saldo contábil em 31.12.2020, conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Sistema de Empréstimos	8.678.637,44
Saldo contábil	8.678.637,80
Diferença não analisada	(0,44)

Resultados de nossos testes:

Não identificamos nenhum assunto que merecesse atenção nesta área.

1.7 - Exame de Atas de Reuniões e de Ofícios recebidos da PREVIC

1.7.1 – Atas do Colegiado

Procedemos à leitura das atas de reuniões do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, do Comitê de Investimentos e da Comissão Tri-Partícipe, atentando para as principais deliberações, conforme resumo abaixo:

**** Conselho Deliberativo**

Principais deliberações:

21/02/2020 – Reunião Extraordinária

- Apresentação dos relatórios gerenciais referente ao 4º trimestre/2019.
- Status do relatório dos processos judiciais (Cavezalle Advogados), base dezembro/2019: 1 provável, 5 possíveis e 10 remotos. O provável está com provisionamento integral no contingencial do Plano BD saldado no valor de R\$ 554.915,48.
- Apresentação da proposta de alteração do regimento interno do Conselho Deliberativo.
- Dar conhecimento do relatório de auditoria interna do Banese, com datas de 10/12/2019 e 30/01/2020.
- Dar conhecimento da alteração da reestruturação organizacional.
- Deliberar sobre alteração na política de gestão de pessoas.

27/03/2020 – Reunião Ordinária

- Aprovação das demonstrações contábeis e notas explicativas de 2019.

26/06/2020 – Reunião Ordinária

- Apresentação dos relatórios gerenciais referente ao 1º trimestre/2020.
- Relatório de manifestação do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre/2019.
- Aprovação por unanimidade da proposta de alteração da taxa de juros / prazo de concessão de empréstimos, no ajuste do prazo de carência, passando de dois dias vinte de carência para um dia vinte de carência, a contar da data de liberação; alteração na taxa de juros de 0,70%am para 0,60%am; e o prazo máximo para concessão de empréstimos de 84 meses para 96 meses.
- Novo cronograma do processo de migração do Plano de Benefício Sergus Saldado – PBSS.
- Providências adotadas diante do Covid-19.

17/07/2020 – Reunião Extraordinária

- Apreciação do RAI 2019.
- Apreciação do Relatório circunstanciado sobre os controles internos, referentes ao exame das demonstrações contábeis e controles internos para o exercício findo em 31/12/2019 da PHF Auditores Independentes.

04/08/2020 – Reunião Extraordinária

- Apreciação da proposta de alteração no regulamento de empréstimos simples, não sendo aprovada a suspensão temporária das concessões aos participantes pensionistas do Sergus e conseqüentemente não foi aprovada a devida alteração no regulamento.
- Dar conhecimento do Relatório 2º ciclo de avaliação e controles internos, pela PFM Consultoria.



- 18/09/2020 – Reunião Extraordinária
- Apresentação do Relatório gerencial do 2º semestre/2020.
- 30/09/2020 – Reunião Extraordinária
- Estudo de ALM do Plano de Benefício Sergus Saldado – PBSS.
 - Estudo de otimização da carteira do Plano CD.
- 14/10/2020 – Reunião Extraordinária
- Aprovação por unanimidade da proposta de alteração regulamentar do Plano de Benefício Sergus Saldado – PBSS.
- 19/10/2020 – Reunião Ordinária
- Aprovação de premissa atuarial financeira (taxa de juros real anual) do PBSS, e a redução de 4,85%aa para 4,44%aa.
 - Aprovação da taxa de juros real anual do Plano CD, mantendo em 4,25%aa.
 - Apresentação de status e cronograma de atividades do estudo de viabilidade de migração do PBSS.
 - Definição de alterações no Regulamento do Plano CD.
- 30/10/2020 – Reunião Extraordinária
- Apresentação do relatório gerencial do 4º bimestre de 2020 (julho e agosto).
 - Aprovação da proposta do regimento eleitoral para eleição dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal.
- 30/11/2020 – Reunião Extraordinária
- Homologação dos nomes indicados para compor a comissão eleitoral para eleição dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal.
- 17/12/2020 – Reunião Extraordinária
- Apresentação do relatório gerencial do 5º bimestre de 2020 (setembro e outubro).
 - Políticas de investimentos 2021/2025.
 - Efeito das reavaliações dos imóveis.
 - Relatório do Conselho Fiscal – 2º semestre/2019.

**** Conselho Fiscal**

Principais deliberações:

- 17/02/2020 – Reunião Extraordinária
- Aprovação dos balancetes e relatórios gerenciais dos meses de novembro e dezembro/2019.
 - Dar conhecimento do Orçamento 2020.
 - Dar conhecimento das premissas atuariais biométricas, demográficas e financeiras para o ano de 2020 do PBSS.
 - Dar conhecimento a taxa de juros real anual para o ano de 2020 do Plano CD.
 - Dar conhecimento das Políticas de Investimentos de 2020 dos Planos.
 - Dar conhecimento dos efeitos das avaliações dos imóveis 2019.
- 20/02/2020 – Reunião Ordinária
- Aprovação dos balancetes e relatório gerencial do mês de janeiro/2020.
 - Dar conhecimento da alteração na reestruturação organizacional.
 - Dar conhecimento do Relatório de auditoria interna do Banese.
- 25/03/2020 – Reunião Extraordinária
- Aprovação do encerramento do exercício findo em 31/12/2019.
- 03/04/2020 – Reunião Extraordinária
- Apreciação do Relatório de manifestação do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre/2019.
- 04/06/2020 – Reunião Ordinária
- Aprovação dos balancetes e relatório gerencial do mês de fevereiro/2020.
 - Retorno da concessão de empréstimos aos participantes.
- 15/06/2020 – Reunião Extraordinária
- Aprovação dos balancetes e relatório gerencial do mês de março/2020.
- 24/06/2020 – Reunião Ordinária
- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.



07/07/2020 – Reunião Extraordinária

- Aprovação dos balancetes e relatório gerencial do mês de abril/2020.
- Apreciação do RAI 2019.
- Apreciação do Relatório circunstanciado sobre os controles internos, referentes ao exame das demonstrações contábeis e controles internos para o exercício findo em 31/12/2019 da PHF Auditores Independentes.
- Providências sobre o Covid-19.

28/07/2020 – Reunião Extraordinária

- Aprovação dos balancetes e relatório gerencial do mês de maio/2020.
- Proposta de alteração no Regimento do Conselho Fiscal.
- Novo cronograma para início do estudo do processo de migração do PBSS.
- Dar conhecimento do Relatório 2º ciclo de avaliação e controles internos, pela PFM Consultoria.

12/08/2020 – Reunião Extraordinária

- Aprovação dos balancetes e relatório gerencial do mês de junho/2020.
- Dar conhecimento do cronograma elaborado pela PFM Consultoria para o Relatório de manifestação do Conselho Fiscal do 1º semestre/2020.

10/09/2020 – Reunião Ordinária

- Aprovação dos balancetes e relatório gerencial do mês de julho/2020.
- Status do relatório dos processos judiciais (Cavezalle Advogados), base dezembro/2019: 1 provável, 5 possíveis e 10 remotos. O provável está com provisionamento integral no contingencial do Plano BD saldado no valor de R\$ 554.915,48.

07/10/2020 – Reunião Ordinária

- Aprovação dos balancetes e relatório gerencial do mês de agosto/2020.
- Apreciação do Relatório de manifestação do Conselho Fiscal do 2º semestre/2019.

Reunião do dia 11/11/2020

- Aprovação do balancete e relatório gerencial de setembro/2020.
- Proposta de alteração regulamentar do Plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS).
- Aprovação da alteração do regulamento do Plano CD.

Reunião do dia 20/11/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 10/12/2020

- Aprovação do balancete e relatório gerencial de outubro/2020.

Reunião do dia 18/12/2020

- Apreciação do Relatório do Conselho Fiscal – 1º semestre/2020.

**** Diretoria Executiva**

Principais deliberações:

Reunião do dia 06/01/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 15/01/2020

- Status do relatório dos processos judiciais (Cavezalle Advogados), base dezembro/2019: 1 provável, 5 possíveis e 10 remotos. O provável está com provisionamento integral no contingencial do Plano BD saldado no valor de R\$ 554.915,48.

Reunião do dia 28/01/2020

- Reestruturação organizacional.
- Alteração na política corporativa de gestão de pessoas.

Reunião do dia 02/02/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.



Reunião do dia 03/02/2020

- Apresentação da escala de férias para o exercício de 2020.

Reunião do dia 14/02/2020

- Apreciação do Relatório de auditoria interna do patrocinador Banese à OS 19/386.

Reunião do dia 26/02/2020

- Discussão e deliberação a respeito de alocações no segmento de renda variável do PBSS.

Reunião do dia 10/03/2020

- Segunda discussão e deliberação a respeito de alocações no segmento de renda variável do PBSS.

Reunião do dia 18/03/2020

- Apreciação do desempenho operacional do Sergus em janeiro/2020.

Reunião do dia 20/03/2020

- Novo Covid-19.
- Ciência do Relatório de encerramento atuarial de 2019.

Reunião do dia 03/04/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 09/04/2020

- Decisões adotadas diante da pandemia do Covi-19.

Reunião do dia 13/04/2020

- Alteração na escala de férias para o exercício de 2020 em virtude do Covid-19.

Reunião do dia 15/04/2020

- Relatório de análise dos fundos de investimentos do Sergus – 1º trimestre/2020, frente à pandemia do Covid-19 para envio aos órgãos colegiados, patrocinadoras, participantes e assistidos da fundação.

Reunião do dia 30/04/2020

- Deliberação sobre o Relatório de manifestação do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre/2019.

Reunião do dia 04/05/2020

- Suspensão do pagamento de substituição de gratificação de função no período da pandemia do Covid-19.

Reunião do dia 11/05/2020

- Cancelamento de eventos do Sergus 2020.

Reunião do dia 18/05/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 21/05/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 29/05/2020

- Aprovação do RAI 2019.
- Resposta ao Ofício Circular nº 03/2020 Previc – Plano de ação Covid-19.

Reunião do dia 03/06/2020

- Apreciação do desempenho operacional do Sergus em fevereiro/2020.

Reunião do dia 10/06/2020

- Apreciação da proposta do acordo coletivo 2020.
- Apreciação do desempenho operacional do Sergus em março/2020.

Reunião do dia 01/07/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 06/07/2020

- Apreciação do desempenho operacional do Sergus em abril/2020.

Reunião do dia 21/07/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 24/07/2020

- Apreciação do desempenho operacional do Sergus em maio/2020.

Reunião do dia 07/08/2020

- Apreciação do desempenho operacional do Sergus em junho/2020.

Reunião do dia 21/08/2020

- Estudo de ALM do PBSS, elaborado pela Aditus.
- Deliberação sobre o estudo de deliberação da carteira do Plano CD, elaborado pela Aditus.

Reunião do dia 01/09/2020

- Aplicabilidade da Resolução CNPC 37 de 13/03/2020.

Reunião do dia 08/09/2020

- Apreciação do desempenho operacional do Sergus em julho/2020.

Reunião do dia 14/09/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 21/09/2020

- Escolha da empresa que realizará a reavaliação dos imóveis em 2020: Radial Serviços e Engenharia Ltda por R\$ 6.900,00.

Reunião do dia 25/09/2020

- Apreciação da minuta do regimento eleitoral para eleições dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal.

Reunião do dia 01/10/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 03/10/2020

- Reavaliação dos imóveis 2020, negativa em R\$ 766.694,81.

Reunião do dia 05/10/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 06/10/2020

- Apreciação do desempenho operacional do Sergus em agosto/2020.

Reunião do dia 07/10/2020

- Proposta de alteração regulamentar do PBSS.

Reunião do dia 26/10/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 23/11/2020

- Apresentar, discutir e deliberar acerca do Relatório do Conselho Fiscal – 2º semestre/2019.

Reunião do dia 01/12/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 03/12/2020

- Políticas de investimentos 2021/2025.

Reunião do dia 11/12/2020

- Nada relevante do ponto de vista de auditoria das demonstrações contábeis.

Reunião do dia 22/12/2020

- Apresentar, discutir e deliberar acerca do Relatório do Conselho Fiscal – 1º semestre/2020.



Reunião do dia 30/12/2020

- Aprovação do organograma do Sergus.
- Aprovação do Manual de Responsabilidades e Atividades do Sergus.

**** Comitê de Investimentos**

Principais deliberações:

04/09/2020 – Reunião Ordinária

- Apresentação do desempenho operacional do Sergus no 1º semestre/2020.
- Estudo de ALM do Plano BD Saldado.
- Estudo de aderência da taxa de juros do Plano BD Saldado.
- Estudo de otimização da carteira do Plano CD.

**** Comitê de Ética e Conduta**

Não ocorreram reuniões no exercício de 2020.

**** Comitê de Riscos**

Principais deliberações:

28/01/2020 – Ata de Reunião do Comitê de Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos

- Elaboração de matriz de risco residual – RR PFM.

22/04/2020 – Ata de Reunião do Comitê de Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos

- Apresentação do Relatório 2º ciclo de avaliação e controles internos, pela PFM Consultoria.

30/10/2020 – Ata de Reunião do Comitê de Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos

- Apresentação dos planos de ação.
- Orçamento 2021.

**** Comitê de Seguridade**

Não ocorreram reuniões no exercício de 2020.

1.7.2 – Ofícios PREVIC

Procedemos à leitura dos Ofícios recebidos da PREVIC, atentando para as principais deliberações, conforme destacamos abaixo:

Ofícios recebidos:

Não foram recebidos ofícios no transcorrer de 2020.

Ofícios enviados:

02/03/2020 – Ofício Sergus 015/2020

Assunto: Auditoria do patrocinador principal Banese – Relatório de auditoria interna OS 019/386 de 31/01/2020.

22/10/2020 – Ofício Sergus 030/2020

Assunto: Substituição do ARPB (Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios). Voltou a responder o Diretor de Seguridade, Sr. Augusto Cezar Barbosa Santos.

23/11/2020 – Ofício Sergus 036/2020

Assunto: Alteração do Regulamento do PBSS.



1.8 – Relatórios semestrais do Conselho Fiscal

2º semestre/2019.

Relatório emitido dia 07/10/2020, com as seguintes observações por área.

Investimentos – O Conselho recomenda atenção á manutenção dos ativos dentro dos enquadramentos das Políticas de Investimentos e dos limites legais, considerando que as orientações sobre o investimento estão traduzidas de alguma forma nas Políticas de Investimentos.

Atuarial – Não são necessárias recomendações sobre este assunto.

Execução Orçamentária – Não são necessárias novas recomendações. Inclusive as recomendações efetuadas no relatório relativo ao 1º semestre, já foram atendidas e devidamente demonstradas nesse relatório.

Gestão do Instituto - Não são necessárias novas recomendações. Considerando que a recomendação efetuada no relatório relativo ao 1º semestre, se mantem pertinente para o relatório em análise.

1º semestre/2020.

Relatório emitido dia 16/12/2020, com as seguintes observações por área.

Investimentos – Sem novas recomendações.

Atuarial – Não são necessárias recomendações sobre este assunto.

Execução Orçamentária – Recomenda fazer análise do indicador “despesa com treinamento, viagens e estadias; despesas de pessoal orçada” e identifique os principais fatores que estão contribuindo para o não atingimento da meta mínima estabelecida e se necessário, proponha revisão o ajuste ao Conselho Deliberativo para o próximo ano. Recomenda o ajuste na base de cálculo utilizada nas projeções do custeio administrativo do Plano CD, tendo em vista que o indicador utilizado de 5%, ficou abaixo da meta apresentada de 7,5%, o que ocasionou um saldo realizado para o custeio acima do orçado, apesar das contribuições terem ficado aquém do planejado.

Gestão do Instituto – Recomenda que sejam atualizados os registros de certificação de todos os membros dos órgãos estatutários. Considera ainda que a recomendação efetuada no relatório relativo ao 1º semestre/2019, com prazo até o final do 2º semestre/2020.

1.9 – Circularizações de saldos contábeis

Antecipamos a elaboração dos pedidos de confirmação de saldos (circularização – base 31.12.2020), dos principais grupos de informações:

- Bancos – contas correntes e investimentos.
- Advogados – terceirizados.
- Patrocinadoras.
- Atuário.
- Seguradora – nenhuma.

1.10 – Principais procedimentos aplicados

- Identificamos os pontos que possam ter impacto nas demonstrações contábeis a serem submetidas à consideração geral com vistas à sua discussão e solução antes do encerramento das demonstrações contábeis;
- Avaliamos a aderência às normas aplicadas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, procedimentos e diretrizes aplicáveis à Entidade;
- Avaliamos os controles internos e se os mesmos mantêm a gestão de suas atividades dentro dos níveis aceitáveis de riscos no que se refere aos aspectos de governança corporativa, gestão de riscos, etc.;
- Analisamos a gestão administrativa nos aspectos legais, de controle, investimentos e orçamentária.



2) Trabalhos Finais

Os seguintes procedimentos foram adotados:

- Revisão e análise crítica dos princípios e procedimentos contábeis mais significativos e de maior impacto sobre a posição financeira e patrimonial e sobre o resultado das operações da carteira de investimentos;
- Examinamos os saldos finais apresentados nas demonstrações contábeis em geral, na extensão julgada necessária em função dos exames efetuados na auditoria preliminar. Abaixo descrevemos os principais saldos analisados com as nossas conclusões.
- Examinamos as transações e eventos subsequentes a 31.12.2020 que, pela sua relevância, pudessem influir substancialmente na posição financeira ou patrimonial da Fundação;
- Examinamos os relatórios da consultoria atuarial, assim como resposta a nossa carta de circularização. Em nossas análises, validamos as informações da Consultoria Mirador Atuarial.

Análise dos Saldos Contábeis Finais

2.1 – Disponibilidades

	31.12.2020				31.12.2019			
	Plano BD	Plano CD	PGA	TOTAL	Plano BD	Plano CD	PGA	TOTAL
Caixa	-	-	592	592	-	-	-	-
Banco Conta Movimento								
Banese BD	289.979	-	-	289.979	427	-	-	427
Banese CD	-	301	-	301	-	8.028	-	8.028
Banese PGA	-	-	281	281	-	-	6.586	6.586
Total	289.979	301	873	291.153	427	8.028	6.586	15.041

Saldos conforme extratos bancários de dezembro/2020.
Nenhuma diferença ou irregularidade foi constatada.

2.2 – Gestão Previdencial

	31.12.2020			31.12. 2019		
	Plano BD	Plano CD	Total	Plano BD	Plano CD	Total
Recursos a receber	229	-	229	43.560	-	-
Adiantamentos	-	-	-	26.301	-	-
Depósitos recursais	92.978	-	92.978	95.055	-	-
	93.207	-	93.207	164.916	-	-

2.2.1 – Recursos a receber

	31.12.2020			31.12.2019		
	Plano BD	Plano CD	Total	Plano BD	Plano CD	Total
Contribuições do mês	229 (a)	-	229	388	-	388
Contribuições em atraso	-	-	-	-	-	-
Outros recursos a receber	-	-	-	43.172	-	43.172
TOTAL	229	-	229	43.560	-	43.560

(a) Não analisamos esse valor.



2.3 – Gestão Administrativa

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Responsabilidade de empregados (a)	6.293	3.315
Responsabilidades de terceiros (b)	31.728	53.583
Despesas antecipadas (c)	623	10.453
Tributos a compensar(c)	2.267	13.147
	<u>40.911</u>	<u>80.498</u>

(a) Refere-se a adiantamento de férias, baixado em janeiro/2021, conforme analisado.

(b) Dentro desta conta, R\$ 18.302,72 refere-se a adiantamento de fornecedores e R\$ 13.425,06 refere-se a pagamento de contas, visto as liquidações subsequentes.

(c) Não analisamos esses valores.

2.4 – Investimentos

Descrição	2020				2019			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Títulos Públicos	360.267.755	-	-	360.267.755	300.180.255	-	-	300.180.255
Créditos privados	99.322.658	-	-	99.322.658	118.315.701	-	-	118.315.701
Ações	16.638.667	-	-	16.638.667	21.417.198	-	-	21.417.198
F. Investimentos	369.990.693	11.375.770	8.835.105	390.201.568	384.890.537	5.952.304	6.264.183	397.107.025
Inv. Imobiliário	23.931.349	-	-	23.931.349	26.974.286	-	-	26.974.286
Emp/Financ.	8.629.152	49.486	-	8.678.638	9.720.126	-	-	9.720.126
	<u>878.780.274</u>	<u>11.4425.256</u>	<u>8.835.105</u>	<u>899.040.635</u>	<u>861.493.103</u>	<u>5.952.304</u>	<u>6.264.183</u>	<u>873.714.591</u>

Procedemos à revisão do cumprimento das normas regulamentares estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, quanto à pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle dos investimentos adotados pela Entidade, esse processo compreendeu a obtenção de informações diretamente da administração da Entidade e a inspeção, com base em testes, de documentação comprobatória ou outras evidências. Os procedimentos adicionais aplicados não representam um estudo específico para avaliar a eficácia do sistema de controle interno e não têm o propósito de expressar opinião se as informações fornecidas pela administração asseguram um efetivo controle interno da Entidade.

Analisamos os Relatórios anuais de acompanhamento dos investimentos, bem como os extratos mensais do custodiante, por plano e consolidado, e concluímos que os controles existentes na Fundação são adequados, não existindo assunto específico que mereça comentários.

Durante o exercício de 2020 foram realizadas as reavaliações dos imóveis que integram os investimentos imobiliários do Plano BD, totalizando o resultado negativo contabilizado em dezembro/2020 de (R\$ 766.694,81).

Em relação aos empréstimos a participantes, fizemos o confronto do saldo contábil com o extracontábil, não sendo detectado divergências. A Fundação não adota o procedimento de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD), devido à ausência de fato em sua carteira, no entanto ainda possui Fundo de Empréstimos para suprir demandas do gênero, conforme mencionado no Item 2. 9.2, abaixo.

2.5 – Permanente

2.5.1 - Imobilizado – R\$ 88.025,71

Foram feitos os seguintes procedimentos nesta área:

- Movimentação no período, de janeiro a dezembro/2020.
- Confronto do registro contábil x extracontábil (tanto patrimonial como o inventário físico) no mês de dezembro/2020.



Os bens registrados no ativo imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos mesmos.

A Entidade apresentou controle individual dos bens, assim como inventário físico, conforme determina o Anexo C, item 13, da Resolução MPS/ CNPC nº 08/2011.

2.5.2 – Diferido – R\$ 8.849,18

Refere-se aos gastos com instituição de nova modalidade de plano previdencial na fundação, Plano CD (Contribuição Definida). Conferimos as amortizações no decorrer do ano de 2019, sem divergências.

2.6 – Exigível Operacional

2.6.1 – Gestão Previdencial

	31.12.2020			31.12.2019		
	Plano BD	Plano CD	Total	Plano BD	Plano CD	Total
Benefícios a pagar (a)	4.972.120	-	4.972.120	4.877.600	-	4.877.600
Retenções a recolher (b)	470.475	-	470.475	437.618	-	437.618
Recursos antecipados (c)	-	-	-	157	-	157
Outras exigibilidades (d)	-	65.405	65.405	-	144.399	144.399
	5.442.595	65.405	5.508.000	5.315.375	144.309	5.459.774

(a) Deste valor, R\$ 4.971.074,76 refere-se a reserva de poupança, cancelados sem resgate, conforme composição sem divergências.

(b) Refere-se aos IRRF s/ folha de benefícios e Sindicato dos Bancários. Vimos recolhimento em janeiro/2021.

(c) Não analisado.

(d) Refere-se a adicional de risco de seguradora.

2.6.2 – Gestão Administrativa

	31.12.2020	31.12.2019
Contas a pagar	522.374	473.234
Retenções a recolher (d)	15.724	17.461
Receitas antecipadas (e)	251.814	476.838
Tributos a recolher (f)	25.074	24.891
	814.986	992.424

CONTAS A PAGAR	31.12.2020	31.12.2019
Pessoal e encargos (a)	448.202	410.090
Serviços de terceiros (b)	69.675	58.361
Fornecedores (c)	2.946	4.783
Outras contas a pagar	1.551	
	522.374	473.234

(a) Do total de R\$ 122.134,45 de pessoal próprio, R\$ 104.916,86 refere-se a provisão de férias, de acordo com o acompanhamento e relatório analisado, sem divergências; e R\$45.723,09 refere-se ao INSS e FGTS sobre folha, onde analisamos a liquidação subsequente.

Do total de R\$ 326.067,45 dos dirigentes, R\$ 256.424,92 refere-se a provisão de férias, R\$ 33.600,26 refere-se à gratificação semestral, e R\$ 5.615,89, refere-se ao INSS e FGTS sobre folha.

(b) Vimos a composição desta conta, sem irregularidades.

(c) Valor não analisado.



- (d) Visto liquidações em janeiro/2021.
(e) Refere-se ao custeio administrativo, desde janeiro/2017, conforme planilha de acompanhamento.
(f) Visto liquidações em janeiro/2021. O pagamento a maior foi ocasionado devido a aspectos operacionais internos do SERGUS, que levou ao pagamento do PIS e COFINS por estimativa, entretanto regularizado em seguida.

2.7 – Investimentos

	31.12.2020				31.12.2019			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Títulos públicos	16.502	-	-	16.502	13.434	-	-	13.434
Créditos privados	5.560	-	-	5.560	6.292	-	-	6.292
Ações	808	-	-	808	991	-	-	991
Fundos de Investimentos	10.495	498	440	11.433	9.582	233	664	10.479
Inv. Imobiliário	1.619	-	-	1.619	3.004	-	-	3.004
Emp / Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
	34.984	498	440	35.922	33.303	233	947	34.200

Deste valor, testamos os da custódia de títulos no valor de R\$ 15.663,52 (43% do total da conta).

2.8 – Exigível Contingencial

	31.12.2020	31.12.2019
Gestão Previdencial	650.281	561.835
Gestão Administrativa	6.771	6.376
	657.052	568.211

A provisão é feita com base na opinião dos consultores jurídicos da fundação, referente as ações classificadas como “perda provável”, de acordo com as instruções do CFC, através da NBC T 19.7, Resolução nº 1.180/09 e CPC 25. Analisamos as planilhas de controle e acompanhamento, sem divergências.

2.9 – Patrimônio Social

2.9.1 – Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra-se neste grupo o saldo dos haveres financeiros acumulados para o cumprimento das obrigações atuariais dos Planos de Benefícios Definido (PBD) e de Contribuição Definida (PCD), líquido do valor de passivos financeiros e contingenciais e de fundos constituídos. As obrigações atuariais dizem respeito às provisões matemáticas, calculadas pelo atuário responsável pelo plano de benefícios com o emprego de premissas, hipóteses e aplicação de metodologia atuarial e regime financeiro apropriados. Em 31.12.2020 seu saldo é de R\$ 870.788.280,21 (R\$ 854.572.693,96 – Em 2019) para o Planos de Benefícios Definido (PBD); e de R\$ 11.383.053,78 (R\$ 5.799.131,29 – Em 2019) para o Plano de Contribuição Definida (PCD).

2.9.2 – Fundos

Referem-se aos fundos administrativo e de investimentos do SERGUS. O administrativo, corresponde às variações apuradas entre as diferenças positivas ou negativas entre as receitas e despesas da gestão administrativa, sendo este constituído das sobras oriundas dos custeios da Gestão Previdencial. O fundo de investimento, para cobertura de empréstimos simples, tem por finalidade suprir eventuais contingências vinculadas à carteira de empréstimos e sua constituição corresponde à 10% da rentabilidade mensal dos empréstimos, adicionada da rentabilidade do seu saldo aplicado no mercado financeiro; e sua utilização se dá na liquidação dos contratos dos empréstimos inadimplentes.



PARTE II – REVISÃO ATUARIAL

Nossos exames foram procedidos de acordo com o que preceitua a NPA 13 – Procedimentos Mínimos de Auditoria para uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, a natureza das provisões matemáticas de benefícios do plano, os dados dos participantes e das obrigações dos Planos de Benefício do **SERGUS**, nossa análise preliminar compreendeu:

a) análise do valor atuarial presente dos benefícios dos planos, classificados como:

- Benefícios a conceder em suas modalidades.
- Benefícios Concedidos em suas modalidades.

b) revisão das principais premissas utilizadas para determinar o valor presente atuarial dos benefícios dos planos, bem como a metodologia e regime financeiro utilizados para cálculo de cada um dos benefícios dos planos.

c) análise sucinta do grupo de participantes ativos e assistidos cobertos pelos planos.

d) checagem das seguintes informações:

- condições dos benefícios dos planos utilizadas nos cálculos atuariais.
- se houve incidência de quaisquer benefícios eventualmente não incluídos na avaliação dos benefícios dos planos.
- data efetiva da última alteração no plano incluída nesta avaliação.
- quantificação dos eventuais passivos ou déficits a amortizar, bem como os prazos e condições da amortização.

e) Análise dos efeitos (individual ou globalmente), dos fatores na alteração do valor presente atuarial dos benefícios dos planos, da data das informações anteriores para a data das informações dos benefícios correntes. Como os efeitos não foram significativos não houve necessidade de procedimentos adicionais.

f) Análise, no ano período corrente (até 31.12.2020), dos efeitos, quando aplicável, no valor presente dos benefícios dos planos, tais como:

- Aumento em benefícios.
- Aumento devido a passagem do tempo.
- Benefícios pagos.

Em nossa análise, julgamos que todas as informações contidas na Avaliação Atuarial, bem como o seu parecer, estão de acordo com as premissas e apresentam confiabilidade e integridade dos dados dos participantes do **Instituto BANESE de Seguridade Social – SERGUS** em 31 de dezembro de 2020, não havendo comentários específicos a serem feitos.

PARTE III – OUTROS ASSUNTOS

1. Aspectos Tributários

1.1 – Recolhimentos de PIS e COFINS

Conferimos os cálculos das contribuições para o PIS e para a COFINS, relativos aos fatos geradores ocorridos no período analisado e constatamos que os mesmos estão em conformidade, conforme demonstramos:



Demonstrativo de Apuração – Janeiro/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	7.059.572,83	7.059.572,83
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.499.970,32	1.499.970,32
(+) Receitas Administrativas	504.090,98	504.090,98
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	5.398.867,88	5.398.867,88
(-) Ajustes negativos de receita	(343.356,35)	(343.356,35)
EXCLUSÕES (B)	6.532.868,94	6.532.868,94
(-) Recursos Coletados - Previdencial	1.156.613,97	1.156.613,97
(-) Renda de Investimentos – Líquida	5.220.213,83	5.220.213,83
(-) Rendimento de receitas de aluguel	121.352,48	121.352,48
(-) Receita da venda de bens imóveis	34.688,66	34.688,66
Base de Cálculo (A) – (B)	526.703,89	526.703,89
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.423,58	21.068,16
Valor conforme EFD Contribuições	3.423,58	21.068,16
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Fevereiro/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	1.289.813,98	1.289.813,98
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.111.000,96	1.111.000,96
(+) Receitas Administrativas	476.009,09	476.009,09
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	17.526,10	17.526,10
(-) Ajustes negativos de receita	(314.722,17)	(314.722,17)
EXCLUSÕES (B)	796.278,79	796.278,79
(-) Recursos Coletados - Previdencial	796.278,79	796.278,79
(-) Rendimento de receitas de aluguel	146.624,65	146.624,65
(-) Receita da venda de bens imóveis	10.237,93	10.237,93
(-) Ajuste negativo de caráter específico	(156.862,58)	(156.862,58)
Base de Cálculo (A) – (B)	493.535,19	493.535,19
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.207,98	19.741,41
Valor conforme EFD Contribuições	3.207,98	19.741,41
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Março/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	1.463.127,98	1.463.127,98
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.279.689,80	1.279.689,80
(+) Receitas Administrativas	477.662,10	477.662,10
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	22.721,60	22.721,60
(-) Ajustes negativos de receita	(316.945,52)	(316.945,52)
EXCLUSÕES (B)	962.744,28	962.744,28
(-) Recursos Coletados - Previdencial	962.744,28	962.744,28
(-) Rendimento de receitas de aluguel	146.987,14	146.987,14
(-) Receita da venda de bens imóveis	8.926,62	8.926,62
(-) Ajuste negativo de caráter específico	(155.913,76)	(155.913,76)
Base de Cálculo (A) – (B)	500.383,70	500.383,70
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.252,49	20.015,35
Valor conforme EFD Contribuições	3.252,49	20.015,35
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Abril/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	13.531.586,54	13.531.586,54
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.084.506,76	1.084.506,76
(+) Receitas Administrativas	473.360,18	473.360,18
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	12.294.521,27	12.294.521,27
(-) Ajustes negativos de receita	(320.801,66)	(320.801,66)
EXCLUSÕES (B)	13.040.366,59	13.040.366,59
(-) Recursos Coletados - Previdencial	763.705,09	763.705,09
(-) Renda de Investimentos – Líquida	12.121.358,22	12.121.358,22
(-) Rendimento de receitas de aluguel	147.098,06	147.098,06
(-) Receita da venda de bens imóveis	8.205,22	8.205,22
Base de Cálculo (A) – (B)	491.219,95	491.219,95
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.192,93	19.648,80
Valor conforme EFD Contribuições	3.192,93	19.648,80
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Maio/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	9.195.329,71	9.195.329,71
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.096.101,52	1.096.101,52
(+) Receitas Administrativas	475.228,71	475.228,71
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	7.944.904,13	7.944.904,13
(-) Ajustes negativos de receita	(320.904,65)	(320.904,65)
EXCLUSÕES (B)	8.703.877,95	8.703.877,95
(-) Recursos Coletados - Previdencial	775.196,87	775.196,87
(-) Renda de Investimentos – Líquida	7.776.753,56	7.776.753,56
(-) Rendimento de receitas de aluguel	147.374,19	147.374,19
(-) Receita da venda de bens imóveis	4.553,33	4.553,33
Base de Cálculo (A) – (B)	491.451,76	491.451,76
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.194,44	19.658,07
Valor conforme EFD Contribuições	3.194,44	19.658,07
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Junho/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	16.101.872,33	16.101.872,33
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.087.495,48	1.087.495,48
(+) Receitas Administrativas	474.424,35	474.424,35
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	14.859.110,79	14.859.110,79
(-) Ajustes negativos de receita	(319.158,29)	(319.158,29)
EXCLUSÕES (B)	15.612.594,90	15.612.594,90
(-) Recursos Coletados - Previdencial	768.337,19	768.337,19
(-) Renda de Investimentos – Líquida	14.694.958,20	14.694.958,20
(-) Rendimento de receitas de aluguel	145.315,34	145.315,34
(-) Receita da venda de bens imóveis	3.984,17	3.984,17
Base de Cálculo (A) – (B)	489.277,43	489.277,43
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.180,30	19.571,10
Valor conforme EFD Contribuições	3.180,30	19.571,10
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Julho/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	19.798.244,00	19.798.244,00
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.443.886,79	1.443.886,79
(+) Receitas Administrativas	530.812,95	530.812,95
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	18.169.349,44	18.169.349,44
(-) Ajustes negativos na receita	(345.805,18)	(345.805,18)
EXCLUSÕES (B)	19.253.725,70	19.253.725,70
(-) Recursos Coletados - Previdencial	1.098.081,61	1.098.081,61
(-) Renda de Investimentos – Líquida	18.006.688,93	18.006.688,93
(-) Rendimento de receitas de aluguel	145.540,16	145.540,16
(-) Receita da venda de bens imóveis	3.415,00	3.415,00
Base de Cálculo (A) – (B)	544.518,30	544.518,30
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.539,37	21.780,73
Valor conforme EFD Contribuições	3.539,37	21.780,73
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Agosto/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	1.270.155,42	1.270.155,42
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.094.140,17	1.094.140,17
(+) Receitas Administrativas	484.120,32	484.120,32
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	11.597,15	11.597,15
(-) Ajustes negativos de receita	(319.702,22)	(319.702,22)
EXCLUSÕES (B)	774.437,95	774.437,95
(-) Recursos Coletados - Previdencial	774.437,95	774.437,95
(-) Rendimento de receitas de aluguel	145.462,23	145.462,23
(-) Receita da venda de bens imóveis	5.319,62	5.319,62
(-) Ajuste negativo de caráter específico	(150.781,85)	(150.781,85)
Base de Cálculo (A) – (B)	495.717,47	495.717,47
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.222,17	19.828,70
Valor conforme EFD Contribuições	3.222,17	19.828,70
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Setembro/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	1.288.330,22	1.288.330,22
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.122.995,96	1.122.995,96
(+) Receitas Administrativas	495.474,99	495.474,99
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	-	-
(-) Ajustes negativos de receita	(330.140,73)	(330.140,73)
EXCLUSÕES (B)	792.855,23	792.855,23
(-) Recursos Coletados - Previdencial	792.855,23	792.855,23
(-) Rendimento de receitas de aluguel	147.571,88	147.571,88
(-) Receita da venda de bens imóveis	5.016,83	5.016,83
(-) Ajuste negativo de caráter específico	(152.588,74)	(152.588,74)
Base de Cálculo (A) – (B)	495.474,99	495.474,99
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.220,59	19.819,00
Valor conforme EFD Contribuições	3.220,59	19.819,00
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Outubro/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	6.666.287,84	6.666.287,84
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.341.877,98	1.341.877,98
(+) Receitas Administrativas	489.509,25	489.509,25
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	5.164.437,02	5.164.437,02
(-) Ajustes negativos de receita	(329.536,41)	(329.536,41)
EXCLUSÕES (B)	6.167.675,27	6.167.675,27
(-) Recursos Coletados - Previdencial	1.012.341,57	1.012.341,57
(-) Rendimento de receitas de aluguel	5.001.039,69	5.001.039,69
(-) Receita da venda de bens imóveis	147.619,90	147.619,90
(-) Ajuste negativo de caráter específico	6.674,11	6.674,11
Base de Cálculo (A) – (B)	498.612,57	498.612,57
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.240,98	19.944,51
Valor conforme EFD Contribuições	3.240,98	19.944,51
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Novembro/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	22.825.874,70	22.825.874,70
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.190.746,79	1.190.746,79
(+) Receitas Administrativas	490.399,50	490.399,50
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	21.475.899,47	21.475.899,47
(-) Ajustes negativos de receita	(331.171,06)	(331.171,06)
EXCLUSÕES (B)	22.328.390,07	22.328.390,07
(-) Recursos Coletados - Previdencial	859.575,73	859.575,73
(-) Rendimento de receitas de aluguel	21.316.741,16	21.316.741,16
(-) Receita da venda de bens imóveis	147.547,66	147.547,66
(-) Ajuste negativo de caráter específico	4.525,52	4.525,52
Base de Cálculo (A) – (B)	497.484,63	497.484,63
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.233,65	19.899,39
Valor conforme EFD Contribuições	3.233,65	19.899,39
Divergência	-	-

Demonstrativo de Apuração – Dezembro/2020 - R\$

Descrição	PIS	COFINS
RECEITAS (A)	22.193.073,59	22.193.073,59
(+) Recursos Coletados - Previdencial	1.463.021,78	1.463.021,78
(+) Receitas Administrativas	523.873,16	523.873,16
(+) Renda de Investimentos (Líquida)	20.567.051,55	20.567.051,55
(-) Ajustes negativos de receita	(360.872,90)	(360.872,90)
EXCLUSÕES (B)	21.653.840,08	21.653.840,08
(-) Recursos Coletados - Previdencial	1.102.148,88	1.102.148,88
(-) Rendimento de receitas de aluguel	21.170.904,06	21.170.904,06
(-) Receita da venda de bens imóveis	147.481,95	147.481,95
(-) Ajuste negativo de caráter específico	(766.694,81)	(766.694,81)
Base de Cálculo (A) – (B)	539.233,51	539.233,51
Percentual	0,65%	4%
Valor Apurado	3.505,02	21.569,34
Valor conforme EFD Contribuições	3.505,02	21.569,34
Divergência	-	-

1.2 – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF

Revisamos o preenchimento e envio das DCTF's mensalmente, de janeiro a dezembro de 2020, confrontando os saldos informados nas declarações com relatórios de arrecadações da fundação, conforme demonstramos:

Mês/ano	Tipo	Nº Rebibo	Data do envio
Janeiro/2020	Original	35.75.79.70.61-60	19/03/2020
Fevereiro/2020	Original	17.79.48.81.66-64	03/04/2020
Março/2020	Original	25.34.23.56.99-81	14/05/2020
Abril/2020	Original	04.22.78.36.40-85	01/06/2020
Maió/2020	Original	36.44.25.02.05-39	20/07/2020
Junho/2020	Original	12.79.95.56.11-82	21/08/2020
Julho/2020	Original	31.44.33.44.59-03	22/09/2020
Agosto/2020	Original	37.86.21.49.61-33	20/10/2020
Setembro/2020	Original	38.37.81.99.52-58	20/11/2020
Outubro/2020	Original	38.35.63.41.75-20	21/12/2020
Novembro/2020	Original	33.62.01.47.44-68	21/01/2021
Dezembro/2020	Original	07.90.95.44.73-20	18/02/2021

1.3 – Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições

Revisamos o preenchimento e envio das EFD's mensalmente, de janeiro a dezembro de 2020, que se refere ao arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS e a COFINS, no caso das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, são calculados pelo regime cumulativo.

Período de Apuração	Recibo	Data de Envio
01/01/2020 a 31/01/2020	1C.54.69.10.4F.A1.C0.B4.00.EA.85.9B.A8. CE.0E.5C.77.EB.13.FF-0	13/03/2020
01/02/2020 a 28/02/2020	92.5F.11.1A.16.B3.EB.C0.9B.7C.4E.E1. BD.3A.D5.21.54.1A.7E.9C-5	03/04/2020
01/03/2020 a 31/03/2020	16.76.F0.15.5C.56.19.0E.93.6D.C6.E6.A9. 45.89.ED.11.2C.65.C6-8	06/05/2020
01/04/2020 a 30/04/2020	29.EE.DC.7F.8C.C8.08.FA.DC.01.1B.E7. 6B.18.76.F4.1B.68.00.7D-0	26/05/2020
01/05/2020 a 31/05/2020	4A.7A.0E.89.44.C5.3F.40.06.C2.8E.FA.BC. 15.57.A4.3E.5E.EC.90-1	10/07/2020
01/06/2020 a 30/06/2020	8A.9E.52.DD.BC.8B.B8.DC.14.ED.5B.AE. 31.47.A7.74.57.9E.1A.90-0	04/08/2020
01/07/2020 a 31/07/2020	4C.E2.75.BE.13.E8.D4.AB.C2.B9.89.BD. 3F.57.E4.CB.84.50.42.C8-2	03/09/2020
01/08/2020 a 31/08/2020	35.CA.AB.7A.38.A6.68.0D.15.05.B7.B8. 30.9D.88.97.EE.0D.40.E2-3	28/09/2020
01/09/2020 a 30/09/2020	03.D1.8D.B4.AF.83.37.D5.51.87.CF.9C.0F. BD.83.78.BD.04.F9.21-5	09/11/2020
01/10/2020 a 31/10/2020	DC.04.3E.8A.F8.72.1C.AC.1D.BB.7F.88. D9.2C.F2.49.B2.B8.71.ED-3	11/12/2020
01/11/2020 a 30/11/2020	57.40.26.A4.30.CB.FB.05.1B.AC.25.FF. 47.76.32.31.78.41.02.30-1	13/01/2021
01/12/2020 a 31/12/2020	DC.4B.8D.3A.71.24.9E.AD.EA.B4.E2.C9. C1.DB.A2.02.61.B8.4C.E6-7	11/02/2021

Com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como os custos, despesas, encargos, etc. Analisamos a base de cálculo demonstrada e os valores apurados estão em conformidade.

2. Outros Assuntos

- Manual de normas e procedimentos do Sergus.
Última versão por setor:
 - Administrativo: 31/10/2016
 - Assessoria jurídica: 31/10/2016
 - Contabilidade: 31/10/2016
 - Controladoria: 31/10/2016
 - TI: 31/10/2016
 - Investimentos: 31/10/2016
 - Seguridade: 31/10/2016
 - Gestão de compras e contratação de serviços: 31/10/2016
 - Tesouraria: 31/10/2016



- Certidões negativas atualizadas da fundação:

Certidões Negativas de Débitos	Emissão	Vencimento
Certificado de Regularidade do FGTS	08/04/2021	29/04/2021
Certidão Negativa – Débitos federais e Dívida ativa da união	Não emitida (*)	
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	08/04/2021	08/05/2021
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	08/04/2021	04/10/2021
Certidão Negativa de Débitos Municipais	05/04/2021	04/07/2021

(*) Devido a identificação de pendência interna na RFB relativa à ausência de GFIP e retificação de competência em GPS, a fundação está impossibilitada de emitir esta certidão. Por se tratar de uma pendência de ordem de processamento de informações entre a CEF e RFB, foi providenciado o agendamento presencial no dia 05/03/2021, porém, não houve êxito na apresentação da documentação comprobatória, uma vez que este órgão, por conta da pandemia, vem realizando atendimento virtual através do portal e chat. Na época do ocorrido, foi orientado a gerar novas GFIPs e reenviar novamente para que seja feito um novo processamento, bem como, fazer a retificação da GPS, o que está sendo providenciado, com vista a viabilizar a liberação da certificação.

PARTE IV – SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES DE CONTROLES INTERNOS

Com base no resultado dos trabalhos efetuados e conforme comentários apresentados neste relatório, concluímos pela adequada apresentação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, inclusive quanto à documentação hábil comprobatória que suporta os registros contábeis, desta forma, no decorrer dos trabalhos apontamos alguns assuntos que merecesse atenção por parte de sua administração que foram devidamente regularizados no transcorrer dos trabalhos, não havendo a necessidade de recomendações específicas. Concluímos, portanto, que os controles internos do SERGUS oferecem segurança adequada sobre as operações realizadas.

PARTE V – CONCLUSÃO

Os procedimentos executados foram considerados como parte de nosso estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Fundação, com o objetivo de fornecer subsídios para determinação da natureza, oportunidade e extensão dos testes de auditoria aplicados em conexão com o exame das demonstrações contábeis da Entidade do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020.

Com base no resultado dos trabalhos efetuados e conforme comentários apresentados neste relatório, concluímos pela adequada apresentação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, inclusive quanto à documentação hábil comprobatória que suporta os registros contábeis. Os controles internos do SERGUS oferecem segurança adequada sobre as operações realizadas.

* * *

